



ENTREVISTA COM A MESTRE

Marilene Mariotoni

Engenheira Civil pela PUC Campinas/SP. Pós-Graduada e Mestre pela Escola Politécnica da USP. Especialista em Docência no Ensino Superior pela METROCAMP-IBMEC. Corretora de Imóveis. Registrada como Jornalista. Palestrante. Conselheira da Associação Paulista de Municípios (APM). Escreve a coluna "Espaço Mulheres em Destaque", na *Revista dos Municípios Paulistas* da APM. Conselheira da Consumare Organização Internacional de Consumidores de Língua Portuguesa. Membro do Conselho Estratégico do Movimento Mulheres da Verdade (MMV) e autora de artigos para o Panorama Feminino do MMV. Membro da Rede de Sustentabilidade – Sustentação São Paulo. Agente Consular Honorária em São José dos Campos do Consulado da Itália em São Paulo. Conselheira Consultiva da Confederação Nacional dos Trabalhadores Universitários Regulamentados (CNTU). Diretora da Federação das Associações de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Estado de São Paulo (FAEASP). Conselheira da Associação Brasileira de Engenheiras e Arquitetas no Rio de Janeiro (ABEA-RJ). Perita Judicial por 30 anos. Palestrante na Oficina Municipal e na Escola do Parlamento de Itapevi e Voluntária de Conteúdo para do Centro de Liderança Pública (CLP) - 2021. Foi Presidente da Associação Brasileira de Engenheiros Civis no Estado de São Paulo (ABENC-SP); Presidente da Associação de Vereadoras do Estado de São Paulo (AVESP); Presidente da Associação de Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos da Região de Mogi Mirim (atual Associação de Engenheiros e Técnicos de Mogi Mirim); Presidente da Câmara Municipal de Mogi Mirim e Vereadora por 5 mandatos; Presidente do Conselho Deliberativo e 4ª Vice-Presidente da APM; Vice-Presidente da Associação Brasileira de Engenheiras e Arquitetas no Estado de São Paulo. Participou de Grupos de Trabalho do CREA-SP e do CONFEA. Foi Professora Universitária dos Cursos de Engenharia Ambiental, Administração e Ciência da Computação da Faculdade Municipal Franco Montoro e do Curso de Engenharia Civil do Grupo IBMEC, tendo sido Coordenadora. Fez inúmeros cursos, como o de Mediação e Arbitragem pelo INAMA, Mobilidade Urbana Sustentável (MobilCampus), Inovação na gestão municipal, *Compliance*, Iniciativa Brasileiras, Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), Cúpula do Clima e outros, além de congressos e seminários e cursos de atualização profissional. Coordenou Painéis em Congressos da APM e foi moderadora, apresentadora e palestrante de *lives*.

O papel da Mulher nos Municípios

Primeiramente, gostaria que a senhora nos contasse o segredo de se destacar como engenheira civil, num mercado predominantemente masculino?

A engenharia civil é um dos cursos com maior abrangência em termos de atribuições profissionais, contemplando uma série de áreas técnicas. Logo que me formei comecei a trabalhar com projetos arquitetônicos e com perícias judiciais e pareceres técnicos. Creio que não haja um segredo propriamente, mas a dedicação e a perseverança na profissão são necessárias, pois a discriminação contra a mulher era e é real, fazendo com que nós Mulheres tenhamos que despender mais energia para cada atividade,

em função da dificuldade de entendimento de que recebemos os mesmos conhecimentos que os homens nas faculdades e que estamos igualmente preparadas para as tarefas.

Sendo responsável pela coluna “Espaço Mulheres em Destaque”, na Revista dos Municípios Paulistas da APM, como a senhora tem observado o atual papel das mulheres em nossos Municípios?

Ainda há uma participação feminina aquém das expectativas e da necessidade da população brasileira. Afinal, a mão de obra feminina é muito capacitada e criativa e deve ser empregada em número maior do que é, inclusive porque somos mais da metade da população. A exigência de concursos públicos para o preenchimento dos cargos de provimento efetivo ajuda a Mulher, pois o princípio é de que sejam escolhidas as pessoas que mais tenham se destacado nas provas de títulos e conhecimentos, evitando-se a não contratação de uma pessoa por ser Mulher. Quanto aos cargos de livre nomeação, a situação é mais difícil. Mas vemos bons exemplos de Secretárias de Estado e municipais; minorias, no entanto.

Quanto aos cargos eletivos, nas recentes eleições municipais (2020) verificou-se um aumento do número de Prefeitas, em torno de 12,1% das Prefeituras do Brasil, porcentagem ainda pequena. Tenho estudado sobre a participação da Mulher na política e sei que há vários obstáculos a serem transpostos.

Quais seriam, a seu ver, os maiores desafios das mulheres em nossa atual estrutura municipal.

Citando um dado do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de que 79,4% das Prefeitas possuem ao menos o curso superior completo, pode-se verificar o quanto é importante para a Mulher que esteja preparada para o cargo que pretende assumir, eletivo ou não. É uma exigência que ela mesma se faz.

A cultura do machismo atrapalha muito a mulher e a sociedade em geral, pois a Mulher precisa comprovar a cada momento que é qualificada, que suas ideias são coerentes e factíveis, que é criativa e pé no chão ao mesmo tempo, que sabe otimizar os recursos públicos e que trabalha em equipe. Vejo essa cultura machista como um dos maiores entraves ao pleno desenvolvimento de todos na estrutura municipal.

Outro entrave importante é que ainda há muitas Prefeituras que não investem na qualificação e atualização de seus servidores. A Emenda Constitucional nº 19/1998 trouxe a questão da valorização do funcionalismo, prevendo a requalificação e a avaliação de desempenho, com a possibilidade de Escolas de Governo. Isso profissionaliza o setor público e dá igualdade de condições a homens e mulheres. As Prefeituras podem ainda contratar a iniciativa privada para a realização de capacitação e atualização ao seu corpo de servidores.

Em seu entendimento, quais são as políticas públicas em prol das mulheres que urgem em ser implementadas, em nosso atual cenário social?

Política pública de combate à violência contra a Mulher, com impunidade zero e previsão de recuperação do infrator, como já se faz em alguns municípios, mas não em todo o Brasil. Divulgação ampla e implementação da Lei Maria da Penha. Implementação de Núcleos e Serviços de Atendimento às Mulheres Vítimas de Violência.

Política pública de *compliance* em que haja Comissão legalmente instituída para encaminhamento das denúncias (assédio, violência, corrupção e outros), apuração com amplo direito de defesa e transparência nas eventuais punições, tudo com base em princípios e normas claramente divulgadas e conhecidas.

Ensino pré-escolar e fundamental com disciplina que discuta a questão da Mulher e o respeito à diversidade cultural, geracional, econômica e afins.

Cotas para as Mulheres em cargos das Mesas Diretoras das Câmaras Municipais, aumento para 50% das candidatas a cargos eletivos do total apresentado pelos partidos políticos, cotas para participação das Mulheres em cargos de direção de sindicatos, associações e afins. Isso contribuirá para a criação de uma cultura de valorização da Mulher.

Divulgação e implantação da lei federal que estabelece normas para prevenir, reprimir e combater a violência política contra a Mulher durante as eleições e no exercício de direitos políticos e de funções públicas.

No âmbito do Poder Legislativo, as mulheres já assumiram seu papel? Ou ainda há muito a ser conquistado? E no âmbito do Poder Executivo, como tem sido a atuação das mulheres?

No Poder Legislativo tivemos e temos exemplos de atuantes, capacitadas e combativas Deputadas, Senadoras e Vereadoras, mas ainda são em pequeno número. As Mulheres entenderam que têm que assumir o protagonismo também na área política.

Mesma situação no Poder Executivo em que poucas Prefeituras têm Prefeitas, há na história brasileira poucas Governadoras de Estado e apenas uma Mulher foi eleita Presidenta do Brasil, infelizmente cassada e que faz pensar se o fato de ser mulher não foi determinante para essa medida extrema.

Tanto no Legislativo quanto no Executivo, as Mulheres precisam avançar, mas temos tido excelentes representantes que olham para a população como um todo, tendo lutas e conquistas específicas e valorosas às Mulheres.

Infelizmente, a grande maioria do Secretariado Municipal é composta por homens. A representatividade feminina precisa estar no cerne das discussões sobre a profissionalização da gestão pública. A seu ver, como e qual a importância de se reverter tal cenário?

A presença de Mulheres e Homens capacitados, honrados e dedicados, trabalhando juntos, valoriza a administração pública e propicia um melhor atendimento aos anseios da população por bem-estar e melhoria da qualidade de vida, de otimização de recursos, de transparência e de melhor escolha das prioridades de obras e serviços pagos com os impostos dos contribuintes. Portanto, a reversão do cenário atual de pequena participação feminina, notadamente nos cargos de direção, é de interesse público. A profissionalização da gestão pública com certeza passa pela discussão da representatividade feminina.

Quais as dificuldades e barreiras ainda enfrentadas pelas mulheres no acesso e ocupação dos cargos de gestão (direção e chefia) nos Municípios?

Como os cargos de direção e chefia são de livre provimento, somente a conscientização dos Prefeitos pode melhorar a situação. Importante também é o exercício da cidadania, fazendo chegar aos mandatários municipais os anseios do povo de maior participação feminina. Nas eleições, as

entidades representativas da comunidade, os clubes de serviço e as associações profissionais também devem exigir dos candidatos um explícito compromisso com essa pauta. Alguns Municípios já têm leis de cargos e salários (estruturação do funcionalismo) com a previsão de que para os cargos de chefia sejam escolhidos servidores, os concursados. Isso dá uma oportunidade às Mulheres de serem reconhecidas por seus méritos.

Segundo o Relatório do Fórum Econômico Mundial de 2019, o Brasil levará cerca de 100 anos para igualar salários de homens e mulheres. Assim, a valorização do concurso público, com regras claras e ampla divulgação, ajudará a todos e evitará que haja salários menores para as mulheres que exercem mesmas funções dos homens, na Administração Pública. Elaborar uma boa lei municipal de cargos, funções e salários, além das previsões de carreira, é de urgência para os Municípios que ainda não a tenham aprovado.



Estudo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) em 2022 mostra que apenas 18,6% da liderança, em doze áreas da Administração Pública no Brasil, são mulheres. O Brasil é o último em *ranking* de mulheres na Administração Pública, comparado aos outros países da América Latina e Caribe.

Na Administração Pública, servidoras e empregadas públicas ainda sofrem todo tipo de assédio e discriminação. Como combater isso?

A conscientização de todos é sempre uma ótima saída, mas leva tempo, sendo que esse trabalho deve ter início nas famílias e nas escolas. Deve haver uma união de todos para enfrentamento dessa chaga. Vários municípios já possuem lei contra assédio e discriminação. Aliás, todos deveriam ter essa disposição legal e a respectiva Comissão para recebimento e encaminhamento das denúncias. Também é um compromisso que as entidades organizadas nos municípios e os munícipes diretamente deveriam exigir dos candidatos por ocasião das eleições e pressionar para que os sem compromisso não sejam eleitos. A sociedade brasileira será mais desenvolvida e feliz com o fim do assédio, da discriminação e da violência contra a Mulher.

De fato, ainda há uma divisão sexual do trabalho, que constringe o acesso das mulheres às esferas de poder e decisão, indicando que estas ainda se constituem como domínio masculino. As mulheres que conseguem atingir tais posições terminam por se concentrar em atividades que se aproximam dos papéis femininos tradicionalmente definidos, associados à área social e à dimensão do cuidado, tornando-se cada vez mais evidente a ausência de mulheres nas áreas ditas “masculinas”, como aquelas relacionadas à economia e à infraestrutura. A seu ver, o que deve ser feito para reverter esse quadro?

Uma antiga Deputada Federal dizia que os colegas queriam colocá-la em Comissões da área social e ela lutava para estar naquelas de efetivo poder. Até hoje isso é real, com o argumento de que somos mais sensíveis e devemos cuidar dessas áreas. A luta pelo espaço é árdua e temos que nos preparar para assumirmos tais responsabilidades. Quando pleiteava o cargo de Vereadora e nas seguidas reeleições, dizia tranquilamente ao povo que havia me preparado para o cargo, obrigação de todo candidato. Tinha uma pauta clara dos assuntos prioritários e durante o mandato exercia plenamente a Vereança. Sabia o que fazer com o cargo. E ao final do mandato apresentava tudo o que tinha realizado. Rui Barbosa dizia que ou o cargo é muito grande para a pessoa ou a pessoa é muito grande para o cargo, apontando a inadequação de alguns ao exercício das tarefas. Sem dúvida, as Mulheres, sempre mais cobradas, devem se preparar para o cargo que desejam e não devem ter medo do protagonismo e da luta ética por um lugar ao sol.

Qual a sua perspectiva de futuro para as mulheres no Poder Público Municipal?

Sou otimista com relação ao futuro da Mulheres nos cargos de provimento efetivo ou em comissão e nos eletivos nos municípios. No caso das que pleiteiam cargos eletivos (Vereadoras, Prefeitas e Vice-Prefeitas), a proximidade com os munícipes pode ajudar e devem ter clara a pauta de defesa da Mulher.

Quando fui Vereadora lutei e obtive a implantação da Delegacia de Defesa da Mulher em Mogi Mirim, consegui aprovar projeto de lei proibindo a concessão de benefícios a empresas que tivessem algum caso de discriminação e lutei pela implantação de mais creches para que as Mulheres pudessem

acessar o mercado de trabalho. Tive votos de homens e de mulheres e o imprescindível apoio de minha Mãe Nercy e de meu Pai Darcy.

Considerações finais da entrevistada e agradecimentos.

Quero cumprimentar a SGP pelo trabalho que realiza e pela discussão de assunto tão importante e atual que é o aumento da participação feminina na administração municipal.

Seu periódico SAM é esclarecedor e norteador das ações dos Vereadores, dos Prefeitos, dos Vice-Prefeitos e de todo o quadro funcional dos municípios, administração direta e indireta, autarquias e fundações.

Quero agradecer a todos pela oportunidade de escrever sobre questões ligadas a nós Mulheres e que têm alcance sobre toda a população.

E desejar um feliz “Dia Internacional da Mulher”, com reflexões sobre nossos problemas, sobre nossas conquistas e sobre as ações ainda necessárias para que Mulheres e Homens caminhem juntos numa sociedade mais justa, igualitária, desenvolvida e feliz.

Obrigada.